

CORREIO SUDESTE

Governo do Espírito Santo



Iniciativa tem foco no setor produtivo

BNDES trabalha em recuperação de crédito no ES

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) tem ampliado sua atuação com o setor produtivo com o objetivo de recuperar crédito, reativar empresas e estimular novos investimentos no Estado. Entre as iniciativas, está a campanha de renegociação de dívidas "Pra quitar", voltada a contratos em atraso, com condições diferenciadas e análise individualizada dos contratos.

A ação contempla operações judicializadas ou não e abrange empresas de micro, pequeno e médio porte, além de produtores rurais e, em alguns casos, pessoas físicas. A proposta é facilitar a regularização financeira e permitir que empreendedores e produtores rurais retomem sua capacidade de investimento e crescimento.

Fortalecimento da atividade econômica

Mais do que uma medida pontual, a renegociação de dívidas integra uma estratégia mais ampla do banco de desenvolvimento, voltada à recomposição do crédito e ao fortalecimento da atividade econômica capixaba.

Ao reduzir o nível de inadimplência, a iniciativa financeira contribui para reequilibrar o fluxo financeiro das empresas do estado e ampliar as condições para novos ciclos de expansão.

Governo do Espírito Santo



Opções para o feriado de Tiradentes

Parques estaduais em funcionamento

Os parques estaduais gerenciados pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente funcionarão normalmente durante o feriado de Tiradentes, celebrado na próxima terça. As unidades de conservação seguem abertas ao público, oferecendo uma excelente alternativa de lazer, descanso e conexão com a natureza. Com paisagens que vão de áreas de dunas a regiões de mata atlântica, os parques estaduais são espaços ideais para quem busca atividades ao ar livre, como trilhas, banhos em lagoas e contemplação da biodiversidade capixaba.

Promoção de bem-estar e turismo

Além de promover bem-estar, a visita também incentiva o turismo sustentável e a valorização do patrimônio natural do Espírito Santo.

Com a agenda do Parque Estadual da Pedra Azul já esgotada para o mês de abril, outras unidades de conservação se destacam como excelentes alternativas para visita para aqueles que não conseguiram uma vaga.

35 mil aberturas I

Minas Gerais criou 35.239 novas empresas no primeiro trimestre de 2026, um aumento de 9,97% em comparação ao mesmo período de 2025 (32.043). Em março, foram abertas 12.843 empresas, crescimento de 40,18% em relação a 2025 (9.162), o que equivale a uma média de 414 constituições por dia.

35 mil aberturas II

Os dados integram o relatório mensal de registros mercantis produzido pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg), autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG) do Governo de Minas de Gerais, divulgado na última quinta-feira (16).

Tratamento I

O Governo de Minas está orientando equipes de saúde para casos graves de doenças respiratórias. Dados do Serviço de Virologia e Riquetsioses da Fundação Ezequiel Dias indicam a antecipação na circulação da Influenza A, aliada ao avanço do vírus sincicial respiratório, em relação a 2025.

Tratamento II

Enquanto em 2025 o índice de positividade da gripe só atingiu cerca de 20% na semana epidemiológica 19, em 2026, esse patamar já se aproxima entre as semanas 13 e 15. "Esse é um resultado baseado exclusivamente em dados laboratoriais", afirma André Bernardes, referência técnica em Vírus Respiratórios da Funed.

Concurso I

Crianças e adolescentes de todo o país já podem se mobilizar para falar sobre segurança com energia elétrica. Estão abertas as inscrições para o 15º Concurso Nacional Abracopel de Redação, Desenho e Vídeo, iniciativa que aposta na educação como ferramenta para prevenir acidentes elétricos.

Concurso II

A proposta é incentivar os estudantes a refletirem sobre os riscos presentes no cotidiano e a levarem esse conhecimento para dentro das famílias, ampliando a conscientização na sociedade. As inscrições estão abertas para estudantes de todo o país até o dia 29/5. Podem participar alunos de 3 a 18 anos.



Agentes foram apontados por crimes como invasão de domicílio

MPRJ denuncia policiais por crimes em operação

Eles são acusados de invasão de casas e obstrução de câmeras

Da Redação

Dez policiais militares foram denunciados pelo Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Gaesp/MPRJ).

Os agentes foram apontados por crimes como invasão de domicílio, descumprimento de missão e desobediência.

Os crimes teriam sido cometidos durante uma operação nas comunidades Nova Holanda e Parque União, no Conjunto de Favelas da Maré, em janeiro de 2025. As denúncias foram encaminhadas à Auditoria da Justiça Militar.

Conforme o MPRJ, as investigações começaram depois de contatos de testemunhas com o plantão da ADPF 635 - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, conhecida como ADPF das Favelas, mantido pelo MPRJ.

Foram relatadas ocorrências de policiais lotados no Batalhão de Operações Especiais (Bope), que atuavam em uma operação do Comando de Operações Especiais (COE). As denúncias indicaram que os agentes não tinham autorização judicial e estavam fora das hipóteses legais, ao entrarem em residências da comunidade, sem que os moradores estivessem em casa.

"O cabo Rodrigo da Rocha Pita, em diversas ocasiões, usou

uma chave do tipo 'mixa' para abrir portas de imóveis e permitir o ingresso nos locais, inclusive acompanhado de outros policiais, entre eles o sargento Cláudio Santos da Silva", informou o MPRJ, acrescentando que em algumas dessas ações, os agentes chegaram a surpreender moradores dentro das residências.

Segundo a denúncia, depois de invadirem os imóveis, os policiais utilizaram os espaços "para fins particulares, incompatíveis com a atividade policial", como descansar em sofás e camas, utilizar os banheiros das residências e, inclusive, consumir bebida encontrada no interior de um dos imóveis.

"Em alguns casos, os agentes permaneceram por períodos prolongados dentro das casas, mesmo estando escalados para ações de incursão e estabilização", completou.

O MP informou ainda que houve irregularidades no uso das câmeras corporais dos policiais.

"Policiais como Rodrigo Rosa Araújo Costa e Diogo de Araújo Hernandez são acusados de obstruir deliberadamente os equipamentos, fazendo com que registrassem apenas imagens de 'tela preta'", afirmou, destacando que em outra situação, o cabo Jorge Guerreiro Silva Nascimento "teria direcionado a câmera de forma inadequada, impedindo a captação correta das ações realizadas durante a operação".